



## Mínimo vai a R\$ 788 em 2015, estima o governo

Proposta de Orçamento entregue ontem ao Congresso também prevê crescimento de 3% no próximo ano, acima das expectativas do mercado, e inflação de 5%

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta será aprovada pelo Legislativo até o fim de dezembro. O projeto de lei a ser analisado pelos congressistas sinaliza um cenário otimista. Nele, o

governo diminui os gastos e mantém a inflação sob controle, permitindo que o país alcance crescimento maior que o previsto pelo mercado. O Orçamento para 2015 já será executado pelo vencedor da eleição para a Presidência da República. **3**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, entrega a proposta ao presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros

## Senado terá semana de votações concentradas

O Senado fará novo esforço concentrado de votações na próxima semana, nos dias 2 e 3. Uma das decisões em Plenário pode ser sobre a Proposta de Emenda à Constituição 63/2013, que define adicional por tempo de serviço para magistrados. **2**



Moreira Honoriz/Agência Senado

Plenário do Senado aprovou 16 propostas no último esforço concentrado de votações, que ocorreu no início de agosto

## Senadores debatem hoje Plano Nacional de Banda Larga **2**

## Chega ao Congresso texto que destina créditos ao Fies **4**



Bancada feminina no Congresso tem dez senadoras em exercício e uma licenciada

## Maioria do eleitorado, mulher soma 30% das candidaturas

Dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram um desequilíbrio entre o perfil do eleitorado brasileiro e o das candidaturas às eleições de outubro. Ape-

sar de corresponderem a 52,1% dos eleitores, as mulheres são apenas 31% dos candidatos. Levantamento também compara dados como instrução e raça. **4**

## Interlegis vai implantar portais de internet em Pernambuco **2**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Estatuto da Juventude



## Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



Na terça e na quarta-feira, a Casa vai ter novo esforço de votações. Segundo o presidente Renan Calheiros, poderá ser analisada a proposta sobre adicional por tempo de serviço para magistrados

## Senado vai fazer sessões de votação na semana que vem

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, confirmou ontem a realização de um esforço concentrado na próxima semana, nos dias 2 e 3 de setembro. A expectativa do senador é de que a Casa repita a produtividade alcançada no início de agosto, quando foram aprovadas 16 propostas.

— Estamos otimistas, já selecionamos as matérias que são importantes. Se nós avançarmos como queremos, no dia 2 já resolveremos os problemas — avaliou.

Entre as propostas que podem ser votadas, está a PEC 63/2013, que restabelece o adicional por tempo de serviço (ATS) na remuneração das carreiras da magistratura

e do Ministério Público. Antes de ser extinto, por meio das Emendas Constitucionais 20 e 41, o adicional era garantido a todos servidores federais.

— Temos matérias importantes. Uma delas é a que cria o ATS para o Ministério Público e para o Judiciário. Hoje, o que acontece na prática é muito ruim. Você assume como juiz em uma comarca e acaba ganhando o mesmo que um ministro do Supremo Tribunal Federal. É preciso criar uma diferenciação — disse Renan.

De iniciativa de Gim (PTB-DF), a PEC 63/2013 foi relatada por Vital do Rêgo (PMDB-PB). Pelo texto proposto por Vital, para efeito dos limites remuneratórios estabelecidos no

dispositivo constitucional, não serão computadas as parcelas de caráter indenizatório devidas aos magistrados e membros do Ministério Público, nem as decorrentes do adicional por tempo de serviço, à razão de 1% ao ano, limitado este a 35% dos respectivos subsídios, vencimentos ou proventos.

A proposta, que gerou polêmica na Comissão de Constituição e Justiça, também exclui, dos limites cumulativos fixados no inciso XI do artigo 37 e no parágrafo 11 do artigo 40 da Constituição, os proventos das aposentadorias concedidas até a promulgação da emenda, que passará a vigorar na data da publicação.



Presidência do Senado quer repetir produtividade do último esforço de votações, quando foram aprovadas 16 propostas

## Interlegis deve viabilizar portais em Pernambuco

Douglas Cintra (PTB-PE) espera que, a partir de outubro, tenha início o processo de implantação de portais de internet para as câmaras de vereadores de 119 municípios pernambucanos, com apoio do Programa Interlegis, do Senado. Dos 185 municípios do estado, apenas 66 dispõem de portal da transparência.

O Interlegis, desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem por objetivo modernizar e integrar o Legislativo

nos âmbitos federal, estadual e municipal. Também visa à promoção de maior transparência e interação dos Legislativos com a sociedade.

Na quarta-feira, Cintra visitou o Interlegis para discutir a implantação dos portais. O modelo desenvolvido pelo programa permite que o Legislativo municipal cumpra as determinações da Lei Complementar 131/2009.

Conhecida como Lei da Transparência, a norma determina a divulgação, em tempo

real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados e dos municípios.

Para o senador, além de dar transparência às ações, esse será mais um canal para o Legislativo municipal estreitar relações com a sociedade. A intenção de Cintra é firmar parcerias com a União dos Vereadores de Pernambuco e com o Tribunal de Contas do estado para a expansão dos portais nas cidades pernambucanas.

## Anibal destaca audiência sobre Plano de Banda Larga

Os participantes de audiência pública sobre o Plano Nacional de Banda Larga marcada para hoje, em Salvador, deverão cobrar das operadoras de telecomunicações o uso da infraestrutura atual para tornar disponível a todas as pessoas o acesso à internet, disse Anibal Diniz (PT-AC).

O senador anunciou ontem em Plenário a realização do evento organizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para avaliar o Plano Nacional de Banda Larga.

Os debatedores também vão tratar do Marco Civil da Internet. Anibal Diniz, que é relator da matéria, informou que as informações coletadas vão subsidiar a elaboração do relatório sobre o plano.

O acesso à internet vai muito além de diversão, disse o senador, ao lembrar que, para muitos, significa educação.

— No dia 14 de agosto, nós fizemos audiência pública lá em Rio Branco e a gente pôde sentir de perto o quanto as pessoas dependem de internet de boa velocidade para poder desenvolver os projetos. O próprio sistema de educação a distância, as possibilidades de chegar nas localidades



Senador salienta a importância da internet rápida para a educação

mais isoladas dependem diretamente disso — observou.

O encontro terá a participação do senador Walter Pinheiro (PT-BA), também membro da comissão.

Para ele, “os debates vão subsidiar um relatório de avaliação da CCT sobre essa que é uma das políticas públicas mais estruturantes para o desenvolvimento do país”.

A audiência acontecerá na Assembleia Legislativa da Bahia e contará com representantes do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), entre outros.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Discursos

9h Sessão destinada a pronunciamentos.

#### CMMC Baixo carbono

8h30 Audiência em São Paulo discute a economia de baixo carbono.

#### CCT Banda larga

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia promove o 2º Encontro Nacional de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga, em Salvador.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Proposta entregue ontem ao presidente do Congresso estima Orçamento total de R\$ 2,86 trilhões para o próximo ano, com inflação de 5% e crescimento de 3% do PIB

# Governo prevê mínimo de R\$ 788 em 2015

A PROPOSTA DE Orçamento do país para 2015, que será executado pelo próximo presidente da República, chegou ontem ao Congresso Nacional. O projeto de lei, que será analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), tenta sinalizar ao mercado que o governo diminuirá os gastos depois da Copa, manterá a inflação sob controle e obterá crescimento econômico de 3%, bem acima das expectativas obtidas até agora pelo relatório *Focus*, do Banco Central, com instituições financeiras.

Com esse cenário otimista, trabalhadores, aposentados e pensionistas serão aquinhoados com salário mínimo de R\$ 788,06 a partir de janeiro, com aumento de 8,8% sobre o

piso vigente. O reajuste supera o previsto no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo relatório final ainda está pendente de aprovação pelos senadores e deputados da CMO. Em abril, quando a proposta da LDO foi entregue ao Congresso, o governo propôs R\$ 779,79.

O anteprojeto de lei elaborado pelo Executivo foi entregue ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, antes do prazo final de 31 de agosto. A ministra explicou que o novo cálculo segue a regra de valorização do salário mínimo, determinada pela Lei 12.382/2011, que vale somente até o próximo ano. A atual fórmula corrige o valor



Miriam Belchior e Guido Mantega (3º à esq.) explicam a proposta com outros integrantes da equipe econômica do governo

do piso salarial do país pela variação da inflação do ano anterior e aumento real do produto interno bruto (PIB), indicador de formação de riqueza do país, de dois anos

antes. O Congresso terá de decidir em 2015 se mantém ou altera a regra.

Para não haver atraso na tramitação, como ocorreu com o projeto orçamentário de 2014, a ministra informou que a equipe técnica do Planejamento estará à disposição do Congresso. Renan disse que é possível finalizar a votação até o fim do ano. Previsão que é reforçada pela escolha do relator, Rometo Jucá (PMDB-RR), conhecido pela capacidade de articulação e experiência.

## Investimentos

A Petrobras continua responsável por alavancar os investimentos no país. Sozinha, a estatal do petróleo vai investir R\$ 83,4 bilhões, um pouco menos do que o previsto para este ano, R\$ 84,5 bilhões. No total, as estatais serão responsáveis por investir R\$ 105,7 bilhões em 2015. Já os recursos para investimento obtidos do orçamento fiscal e da seguridade serão de R\$ 77,6 bilhões. A maior parte desse valor — R\$ 64,9 bilhões — corresponderá ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com prioridade para o Minha Casa, Minha Vida, com R\$ 19,338 bilhões, e para a área de transportes, com R\$ 17,595 bilhões (veja o gráfico).

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, em coletiva

à imprensa, mandou recado aos críticos da atual política econômica. Ao justificar o índice de 5% para 2015, enfatizou: "Governo não brinca com a inflação". Analistas do mercado apostam em algo próximo a 6%.

Mantega trabalha com a melhora da economia internacional, a estabilidade cambial, que já dura alguns meses, e até condições meteorológicas mais favoráveis, como seca menos rigorosa que em 2014.

Mantega e Miriam destacaram que o governo fará esforço para reduzir os gastos públicos no próximo ano, sem prejudicar programas sociais e áreas consideradas prioritárias.

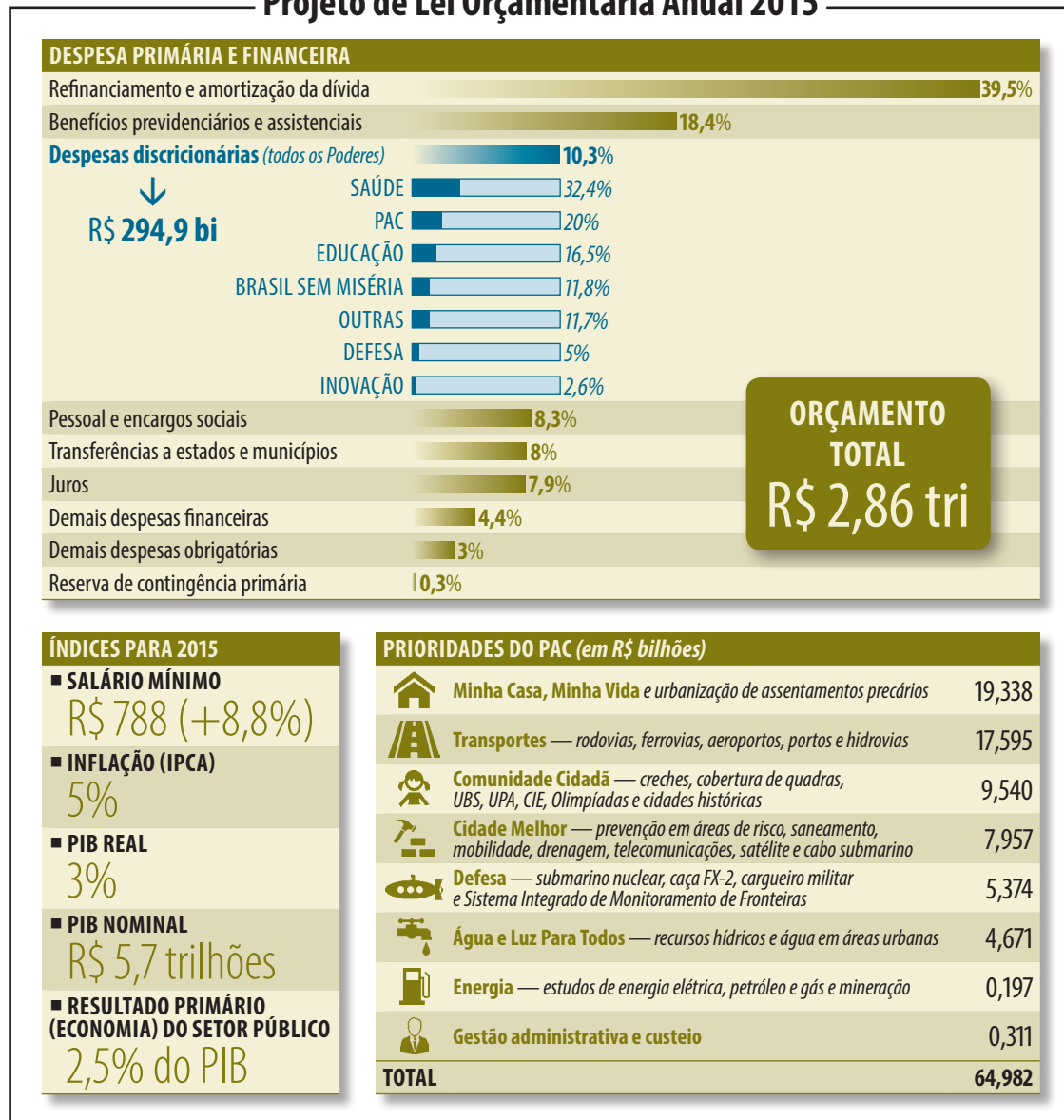
## Esforço fiscal

Depois da Copa do Mundo, alguns ministérios diminuirão os gastos. Entre eles, o da Justiça, com redução de R\$ 161,1 milhões em relação a este ano. O ministério deve investir R\$ 174,3 milhões na implantação de centros de segurança pública nos estados, a exemplo do que fez nas 12 cidades que sediaram a Copa.

Outras contribuições para o esforço fiscal virão, segundo Mantega, da estabilização do déficit da Previdência, responsável pela maior despesa do governo, em 0,8% do PIB, e do pagamento de pessoal e juros da dívida pública, que têm registrado índices constantes. Para 2015, a previsão é de 4,1% e 4,6% do PIB, respectivamente.

De acordo com a proposta entregue ontem pelo Executivo, as áreas de saúde e de educação continuarão recebendo recursos superiores aos previstos pela Constituição. A saúde terá R\$ 109,2 bilhões — R\$ 9,8 bilhões a mais — e a educação receberá R\$ 101,3 bilhões, ou seja, R\$ 49,9 bilhões acima do previsto. Já para o Programa Brasil sem Miséria estão previstos R\$ 33,1 bilhões, com aumento de 4,4%.

## Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015



## Renan destaca planejamento para atender demandas sociais

Ao receber a proposta da Lei Orçamentária para 2015, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a prioridade para áreas como saúde, segurança e educação, uma vez que não há dinheiro para atender de imediato todas as necessidades.

— Todas essas demandas têm uma característica comum: a necessidade de planejar e gerenciar, com vistas a dispor de recursos para executá-las, sem desperdício de nenhuma ordem — disse.

Renan lembrou o apoio dele à política de valorização do salário mínimo, questão que foi amplamente debatida pelo Congresso, resultando na Lei 12.382/2011. O presidente do Senado ressaltou a importância de o Poder Legislativo analisar o Orçamento.

— É dever do Parlamento estar sempre atento aos gastos da União. Se a execução dos projetos depende em grande parte das ações do Poder Executivo, a nós, par-

lamentares, cabe o dever de analisar o planejamento feito e fiscalizar a realização dos empreendimentos.

A proposta de Lei Orçamentária será encaminhada, inicialmente, à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo Renan, a proposta será aprovada pelo Poder Legislativo até o fim do ano.

— Vamos nos empenhar para que tenhamos um Orçamento verdadeiro e exequível já a partir do primeiro dia de 2015 — afirmou.



Para Renan, Congresso deve aprovar o Orçamento da União até o fim do ano

Maioria do eleitorado, elas estão sub-representadas entre os postulantes a cargos públicos. Dados mostram perfil de eleitores e candidatos também quanto a escolaridade e raça

# Mulheres têm só um terço das candidaturas

APESAR DE REPRESENTAREM mais da metade da população brasileira, as mulheres são menos de um terço dos candidatos nas eleições de outubro. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o eleitorado feminino chega a 74,5 milhões (52,1%), contra 68,2 milhões de homens (47,8%) — 115 mil eleitores não declararam o sexo. Do total de candidatos, 18 mil são homens (69%), contra 8,1 mil mulheres (31%). No caso da Presidência da República, mesmo havendo duas representantes entre os candidatos mais competitivos, as mulheres estão em minoria entre os postulantes, perdendo por 9 a 3.

O número total de candidatas a todos os cargos em disputa nestas eleições — 26,1 mil — chega a mais de um quarto da população de uma cidade média brasileira (100 mil habitantes). A disputa mais acirrada é a de uma cadeira na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em que mais de mil pessoas disputam os 24 postos, com uma média de 42,63 por vaga.

## Escolaridade e raça

Dos 26,1 mil candidatos, menos da metade — 45,25% — declarou como grau de instrução o superior completo. Cerca de 30% têm o ensino médio completo, enquanto 1% declarou que apenas sabe ler e escrever.

Na outra ponta — os 142,5 milhões de pessoas aptas a votar em outubro —, o total dos que têm curso superior completo é de apenas 5,6%. A maior parte, cerca de 30%, declarou ter o ensino fundamental incompleto.

Os negros estão pouco representados entre os candidatos à Presidência. Só Marina Silva informou ser da cor “preta”. Os outros 11 declararam-se brancos.

Os brancos predominam também na disputa para governador (67,63%), senador (67,93%), deputado federal (58%), deputado estadual (54%) e deputado distrital (50%). Considerando todos os cargos, os brancos são 55%; os



Das 12 mulheres que integravam o Senado em 2011 — 14,8% das 81 cadeiras —, uma está licenciada, outra renunciou e uma terceira perdeu o mandato

pardos, 35%; os negros, 9,3%; os indígenas, 0,32%; e os que se declararam da cor amarela, 0,46%.

Sobre o estado civil, 55,4% são casados; 30,6%, solteiros; 10,4%, divorciados; 1,89%, separado; e 1,72%, viúvo.

O maior eleitorado do Brasil — 43,4% — está na Região Sudeste. O segundo maior colégio é o Nordeste, com 26,8%, e o terceiro é o Sul, com 14,79%. O Norte e o Centro-Oeste têm, respectivamente, 7,6% e 7,1%. Mais de 350 mil eleitores brasileiros votam no exterior.

Nestas eleições, a aplicação da Lei da Ficha Limpa, combinada com algumas inadequações na documentação das candidaturas, produziu a impugnação de mais de 3 mil candidaturas.

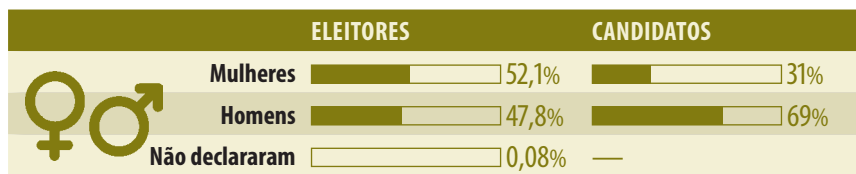
## Projeto

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 132/2014, apresentado por Anibal Diniz (PT-AC) em abril, reserva um terço das 81 vagas na Casa às mulheres. Seriam 27 senadoras, uma para cada estado.

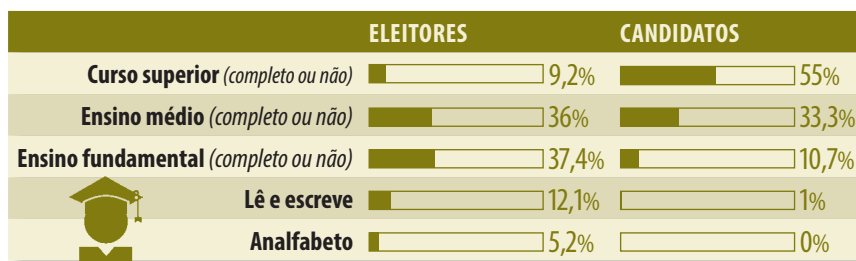
Atualmente, a bancada feminina conta com dez senadoras em exercício e uma licenciada.

## Baixa representatividade

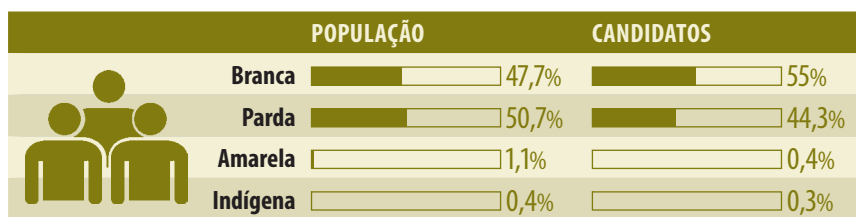
Maioria entre os eleitores nas eleições deste ano, as mulheres são menos de um terço dos candidatos



Menos de 10% dos eleitores frequentam ou já frequentaram curso superior, contra mais da metade dos candidatos



De acordo com o último censo do IBGE, mais da metade da população se declara parda ou negra. Entre os candidatos, os brancos são maioria



# Medida provisória destina R\$ 5,4 bilhões a fundo estudantil

Foi lida ontem pela Mesa do Senado a Medida Provisória (MP) 655/2014, que destina ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) créditos extraordinários no valor de R\$ 5,4 bilhões.

O Fies é um programa

do Ministério da Educação que financia a graduação em faculdades particulares. Para ter acesso ao financiamento, o aluno precisa preencher alguns requisitos exigidos pelo Ministério da Educação. Podem ter acesso

ao financiamento alunos com renda familiar bruta de até 20 salários mínimos. O financiamento pode ser de 50% a 100% do valor da mensalidade.

Os estudantes que acessam o Fies só começam a

pagar a dívida 18 meses após o encerramento do curso. Só neste ano já foram destinados, por meio de duas outras medidas provisórias, créditos no valor de R\$ 7,4 bilhões para o programa.

Com a leitura, a medida provisória foi recepcionada pelo Congresso e será encaminhada para análise inicial de uma comissão mista. Em seguida, terá de ser votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

## Cristovam conclama governo a ajudar USP

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que é responsabilidade do governo federal e de todo o país ajudar na solução da crise enfrentada pela Universidade de São Paulo (USP).

O senador informou que a universidade gasta hoje com pessoal mais do que recebe do governo de São Paulo. Isso, explicou, força a instituição a sacrificar pesquisas e investimentos, o que prejudica o país inteiro.

Para ajudar na solução desse problema, Cristovam propôs, entre outras



medidas, o repasse de verbas federais para a instituição. Ele sugeriu também que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social crie uma linha de financiamento para ajudar a USP.

— Creio que há outras fontes de financiamento que nós estamos hoje desperdiçando e que poderiam servir para cobrir os gastos da USP e até de outros setores universitários que talvez enfrentem problemas — disse.

## Fleury quer Wilder como prefeito de Goiânia

Fleury (DEM-GO, foto) denunciou o que chamou de caos na administração de Goiânia. De acordo com o senador, a cidade enfrenta problemas nas áreas de saúde, educação, segurança e trânsito.

Ele disse ter participado de reunião com integrantes do Democratas que querem apoiar a candidatura do senador licenciado Wilder Morais (DEM-GO) à Prefeitura de Goiânia em 2016.



Fleury manifestou apoio à candidatura do companheiro de partido e informou que diretórios da legenda, inclusive do interior do estado, têm a mesma opinião.

— Para nós, de Goiânia, seria uma grande conquista, porque o senador Wilder é um empresário bem-sucedido, um homem da indústria de construção civil, um homem que tem a sensibilidade das necessidades do estado, da capital — afirmou o senador.